

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR 24/07/2014

Aos vinte e quatro dias do mês de julho de dois mil e quatorze, às dez horas e quinze minutos, na sala de reuniões da Reitoria do **Instituto Federal do Rio de Janeiro**, teve início a reunião **extraordinária** do Conselho Superior do IFRJ, sob a Presidência do Reitor, Paulo Roberto de Assis Passos. O Presidente contou com a presença dos (as) senhores (as) Conselheiros (as):

5 Luiz Edmundo Vargas de Aguiar (Conselheiro ex-Reitor), Zelma Fabri Marão (Representante Titular FECOMERCIO), Marilda Pimenta Melo (Representante Suplente da FIRJAN), Gizely Miriam Gomes (Representante Titular Egressos), Vilma Valéria Pereira Machado (Representante Suplente Egressos), Rodney Cezar de Albuquerque (Representante Diretor-Geral), Anderson Wilson da Silva Henriques (Representante Titular Docente), Marcelo Nunes Sayão (Representante Titular Docente), Danilo Spínola Caruso (Representante Titular Docente), Eládio Bandeira de Lima Filho (Representante Titular Técnico-administrativo), Ana Paula de Araújo Augusto (Representante Titular Técnico-administrativo), Jorge Maximiano dos Santos (Representante Titular Técnico-Administrativo), Marcos José Clivatti Freitag (Convidado), Mira Wengert (Convidada), Paulo Chagas (Convidado) e Rodrigo Bisaggio (Convidado).

10

15

No expediente inicial, o presidente agradeceu a presença dos Conselheiros e falou sobre a pauta da reunião. O presidente disse que houve o pedido do professor Rodrigo Bisaggio, que representa a Comissão de Ética, pela inversão da pauta, devido ao compromisso de aula pelo professor. Foi consenso entre os conselheiros a inversão da pauta. Nos informes, item 1 da

20 pauta, o presidente destacou assuntos discutidos na reunião do CONIF, ocorrida nos dias 1,2 e 3 de julho. Nesse fórum, foi discutida a proposta do CONIF da sua matriz orçamentária de 2015, a ser enviada a SETEC. Disse ainda, que o orçamento originado da matriz tem como base o número de alunos e os cursos ofertados pelos institutos. Constatou-se, no fórum, que o Campus Mesquita não havia alunos inscritos no SISTEC, pois eles estavam lotados no Campus Nilópolis. O presidente informou que será emitido, ou como Portaria, ou como Decreto de Lei uma regulamentação para pagamento de bolsa no auxílio de ensino, pesquisa e extensão. Ele falou que existe a possibilidade de o mestrado profissional ser contemplado com tais bolsas. O Conselheiro Luiz Edmundo informou que as bolsas têm por objetivo democratizar o acesso ao mestrado, auxiliando ao aluno na permanência dele. Outro ponto informado foi do RSC. Ele

25

30 disse que em outros Institutos o processo está bem avançado e que existe a necessidade de avaliadores. Ele explicou que o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), oferece ao professor uma retribuição por titulação equiparada ao curso de pós em *lato sensu* ou *stricto sensu*. Ainda sobre o CONIF, o presidente relatou que a assessoria internacional do CONIF informou sobre vários convênios existentes e que o IFRJ não participou. Nesse sentido, o presidente informou que nomeará uma nova assessora internacional, a professora Adriana, do campus Duque de Caxias. Dando continuidade ao segundo ponto dos informes, o presidente concedeu a palavra ao Conselheiro Luiz Edmundo para falar sobre a expansão. Inicialmente, o Conselheiro agradeceu a oportunidade de discutir esse tema e que a primeira vez esse assunto era debatido no ConSup. Ele informou que a expansão é uma política de Estado. Ele disse que

35

40 em 2009, o IFRJ teve a incumbência de expandir para mais dois campi (Complexo do Alemão e Cidade de Deus). Ele informou que houve problemas para a ocupação dos terrenos que estavam sendo destinados e que Brasília estava pressionando para a expansão desses terrenos. Nesse mesmo período, houve também, reivindicações de outras prefeituras (Belford Roxo, Mesquita e São João de Meriti) para fazer a expansão. O Conselheiro informou que no município de Resende, o prefeito atual, propôs comprar um prédio para transformá-lo em um

45 dos campi do IFRJ. Ele disse que recebeu a informação do professor Francisco Esteves que o prédio estaria pronto para o início das atividades letivas. O Conselheiro Luiz Edmundo disse também, que todas as informações sobre a expansão estão no relatório de gestão e tudo o que foi realizado foi lançado no SIMEC. Em seguida, o presidente concedeu a palavra ao Diretor

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR 24/07/2014

50 de Desenvolvimento Institucional e Expansão, Marcos Clivatti. Ele informou que em relação
ao campus avançado Centro, no cenário atual, não há ainda nada oficial, pois existem
instituições privadas no prédio, e se for concretizado, seria um campus com foco em cultura e
arte. No campus Cidade de Deus, disse que não houve nenhum avanço, não foi concretizada a
doação do terreno. No campus Belford Roxo, informou que o município estaria viabilizando
55 um espaço, uma unidade remota, para cursos FIC e que com relação a doação do terreno para a
edificação do campus do IFRJ, disse que constava no termo de doação uma cláusula que se ao
final de dois anos, a obra não tiver sido concluída, retornaria ao município. Em São Joao de
Meriti, as licenças ainda não foram expedidas pela prefeitura. Em Niterói, o processo está em
andamento. Em relação ao campus Resende, ele informou que a situação está muito difícil e
60 que a obra prevista não foi executada. Ele disse também que haveria a possibilidade para o ano
de 2015, desse campus ser destinado para cursos FIC ou polo EAD. Ele informou que foram
nomeados o Diretor de Implantação do Campus, o professor Geraldo José Lima e para a
Diretoria Adjunta de Desenvolvimento de Ensino, a professora, Aline Moraes Costa. O item 3
dos informes foi sobre o PDI e PPI. O presidente disse que seria necessário discuti-lo e
65 reformulá-lo (versão atualizada). Ele solicitou aos conselheiros alternativas e propostas para a
próxima reunião. O Conselheiro Danilo perguntou quais foram os procedimentos anteriormente
adotados. A Conselheira Ana Paula lembrou que foi levantado em outra reunião do ConSup, o
pedido de instituir uma comissão com alguns integrantes do Conselho e Pró-Reitores. O
presidente propôs criar um GT para fazer um primeiro levantamento e proposta de discussão
70 para a próxima reunião. O GT formado foi com os conselheiros Marcelo Sayão, Rodney
Albuquerque, Ana Paula Araújo, Danilo Caruso, e os Pró-reitores. O GT de elaboração deverá
ser formado pelos Pró-reitores e representantes da comunidade. Dando continuidade, o segundo
ponto da pauta foi a aprovação da ata da última reunião. O presidente sugeriu corrigir uma
informação, na página 2, nas linhas 94 e 96, alterando o termo, *assinado* (escrito duas vezes)
75 para *publicado*. O Conselheiro Jorge argumentou que o contrato não fora publicado, pois a
época, não teria sido assinado. O presidente esclareceu que não teria como elucidar tal fato e
que durante sua gestão fez publicar o contrato, assinado pela gestão anterior, e cujos serviços
vinham sendo realizados durante todo o ano de 2014. O Conselheiro sugeriu incluir a seguinte
frase na Ata: *O conselheiro Jorge disse que o contrato não foi publicado, pois a época, não foi*
80 *assinado*. O presidente sugeriu também alterar, na linha 87, o termo *envolvidos*, para
servidores citados no relatório. Após as contribuições, a ata foi aprovada pelos conselheiros.
Em seguida, seguiu-se para ordem do dia. O primeiro ponto de pauta foi o Regulamento da
Comissão de Ética no Uso de Animais. A apresentação foi feita pelo professor Rodrigo
Bisaggio, do campus Rio de Janeiro. Ele falou sobre a importância da comissão, a relevância
85 desse regulamento aprovado para a utilização do uso de animais para o ensino e pesquisa, e que
atualmente tais atividades, estão suspensas na instituição. O professor disse que em 2008 foi
promulgada a Lei que dispõe sobre o uso de animais em pesquisa e ensino. Para que o IFRJ
possa trabalhar com os animais, seria necessário cadastrar-se no Instituto no Conselho
Nacional de Controle da Experimentação Animal (CONCEA). Ele informou também, que
90 atualmente o IFRJ realizou o cadastramento no Cadastro das Instituições de Uso Científico de
Animais (CIUCA). Para haver o cadastramento, seria necessário regulamentar uma comissão
de ética interna. Ele disse que os membros foram designados e faltaria a aprovação do
regulamento no Conselho Superior. A Conselheira Ana Paula parabenizou o trabalho do
professor e pela equipe e perguntou se esse regulamento estaria incluído no trabalho da
95 comissão de ética em pesquisa. A Pró-reitora Mira respondeu que seria um comitê de ética
distinto, não estaria relacionado. O presidente fez alguns questionamentos em relação ao
regulamento. No artigo 7º, ele perguntou se não poderia fazer eleição, ao invés da indicação
dos representantes. A Pró-Reitora respondeu que a indicação seria por uma questão prática. No

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR 24/07/2014

mesmo artigo, o Conselheiro Luiz Edmundo sugeriu alterar o termo IFRJ para CAPOG. No
100 artigo 15º, que retratava sobre a questão do quórum, o presidente alertou que não está em
consonância com outros conselhos da instituição. O professor respondeu que são 5
representantes na comissão e com a instalação do quórum, o mínimo seria de 3 representantes.
No artigo 21º, no parágrafo único, o presidente sugeriu inverter a aprovação a ser dada pela
105 comissão e posteriormente, pelo CAPOG. A Conselheira Ana Paula solicitou a atualização no
site institucional, do regulamento para conhecimento da comunidade. O Conselheiro Marcelo
Sayão, no artigo 4º, sugeriu alterar reitoria do IFRJ pelo CAPOG. No artigo 6º, que retratava
sobre a comissão ser constituída de no mínimo 5 e máximo 9 representantes, ele perguntou
como seria definida essa questão. O professor Rodrigo respondeu que isso é uma exigência da
110 CEUA. O Conselheiro Luiz Edmundo sugeriu incluir mais um parágrafo, no mesmo artigo, que
inicialmente a constituição será de 5 membros, podendo ser alterado pelo CAPOG. No artigo
14, o conselheiro Marcelo achou interessante incluir no final do texto, a seguinte frase:
atividade do IFRJ, respeitadas as deliberações do regulamento da carga horária docente.
Após as contribuições dos conselheiros, o regulamento da comissão de ética no uso de animais
do IFRJ foi aprovado por unanimidade. O segundo ponto de pauta da ordem do dia foi eleições
115 para o Conselho Superior. O Conselheiro Danilo informou que conseguiu os representantes dos
três segmentos do campus Pinheiral. O Conselheiro Eládio informou que conseguiu alguns
servidores do campus Nilópolis e em Mesquita conseguiu um de cada segmento. A Conselheira
Ana Paula informou, juntamente com o conselheiro Rodrigo que ficou responsável por quatro
campi. Na Reitoria, um titular e um suplente para o segmento docente, e para o segmento
120 técnico administrativo - dois titulares. No campus de Arraial do Cabo: um titular e dois
suplentes - docente; dois titulares e um suplente - técnico administrativo e três titulares e dois
suplentes - discente. No campus Rio de Janeiro, não houve indicação até aquele momento, e os
nomes seriam tirados nas reuniões do colegiado do campus. No campus São Gonçalo:
segmentos técnico administrativos e discentes. O Conselheiro Marcelo Sayão, no campus
125 Paulo de Frontim: discentes - três titulares e três suplentes; técnicos administrativos – três
titulares e docentes - dois suplentes. No campus Paracambi, quatro docentes, dois técnicos
administrativos e cinco discentes. O mesmo conselheiro informou que foi acordado conseguir
os nomes restantes no colegiado de campus. O presidente comentou que foi realizado um
acordo com os diretores gerais que após o término da greve, no prazo de 21 dias, os diretores
130 deveriam formar conselho de campus, naqueles campi que não possuem conselho. Nesse
sentido, os conselhos poderão se reunir para completar a listagem até o dia 31 de julho. O
presidente concluiu que na primeira semana de agosto haveria os nomes para completar as
comissões locais para eleição do ConSup. O Conselheiro Marcelo Sayão lembrou que o prazo
para formalização da comissão central seria de 30 dias após o término da greve, culminando no
135 dia 10 de agosto. Foi decidido no conselho que o mínimo de cada segmento seria obter dois
titulares e uma suplência e o prazo para os diretores-gerais encaminharem os nomes restantes
seria até o dia 31 de julho. O presidente sugeriu que a data para definição da comissão central
seria entre os dias 31 de julho e 10 de agosto. Os conselheiros Eládio e Ana Paula ficaram
responsáveis para marcar a reunião e obter os nomes para a composição da comissão central. O
140 ponto de pauta seguinte foi a indicação para auditoria interna. O presidente informou que a
situação atual do auditor interno não atendeu aos trâmites para o processo de nomeação, pois
sua nomeação faz-se necessário passar pelo ConSup e pela CGU. Nesse sentido, a reitoria
indicou a servidora técnico-administrativa, Danielle da Silva Araujo. O Conselheiro Rodney
disse que o currículo dela é excelente e perguntou, se o antigo auditor, o servidor Carlos
145 Kwasinski, não poderia ser nomeado novamente. O presidente respondeu que o desejo da
reitoria seria a substituição, foi uma opção da administração. O Conselheiro Eládio lembrou
que foi solicitado nesse conselho a pauta para discutir a saída do antigo auditor. O Conselheiro

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR 24/07/2014

Jorge lembrou que para aprovar a nomeação do novo auditor, seria necessário submeter a saída do atual. O presidente entendeu que para aprovar um novo auditor, tornaria nulo a nomeação do atual auditor, substituindo-o. O presidente disse que não tem restrição com relação a atuação do servidor Carlos Kwasinski, seria apenas uma opção da administração a sua substituição. O Conselheiro Danilo entendeu que a nomeação do anterior foi feita de forma indevida. O Conselheiro Luiz Edmundo disse que os trâmites estariam errados. Ele entendeu que o auditor não deveria ter vínculo com a instituição e a indicação deveria ser da CGU. Ele disse que o Conselho Superior deveria tornar nulo a nomeação do atual, indicando um novo auditor que automaticamente estaria homologando a dispensa do anterior. O Conselheiro Danilo perguntou se o auditor anterior, Carlos Kwasinski, passou pelo ConSup. O Conselheiro Luiz Edmundo respondeu que não foi submetido pelo conselho, mas que passou pela CGU e foi regularizado. Foi consenso entre os conselheiros que a situação do atual auditor foi feita de forma equivocada. O presidente informou que não foi reconhecido a nomeação do atual e que a indicação da nova auditora deveria passar pelo Conselho Superior e pela CGU. O Conselheiro Marcelo Sayão pediu para regulamentar a saída do antigo auditor. O conselheiro Rodney manifestou entendimento de que todo o rito deveria ser seguido e as retificações realizadas, logo, em sua opinião deveria se corrigir a saída de Carlos Kwasinski, retornando com o mesmo e em seguida dando prosseguimento da indicação e nomeação da nova auditora. O Conselheiro Danilo falou que a nomeação do auditor foi responsabilidade da antiga gestão. O Conselheiro Luiz Edmundo solicitou uma moção de agradecimento pelo trabalho do antigo auditor, servidor Carlos Kwasinski. Foi aprovado pelos conselheiros. O presidente perguntou aos conselheiros se haveria alguma objeção pela indicação da servidora Danielle Silva de Araujo, como nova auditora. O Conselheiro Jorge citou que a Portaria 915, de 29 de abril de 2014 da CGU, informa que no artigo 1º, item 4: comprovação de experiência de, no mínimo, dois anos em atividades de gestão pública, de auditoria, preferencialmente pública, de finanças públicas ou de contabilidade pública. O Conselheiro disse que esse seria o único ponto que faltaria no currículo dela. O presidente disse que no currículo consta que ela é servidora desde abril de 2009. O Conselheiro Danilo disse que a palavra “ou” possibilita ser considerado qualquer item que ela tenha trabalhado. A Conselheira Ana Paula disse que a servidora indicada para a auditoria exerceu atividades na gestão. Em regime de votação, o presidente perguntou aos conselheiros quem seria a favor da indicação da servidora Danielle Araujo para auditoria. Houve 8 votos a favor, duas abstenções (Conselheiros Marcelo e Rodney) e um voto contra (Conselheiro Jorge Maximiano). O Conselheiro Marcelo Sayão solicitou que ficasse registrado na ata que a sua abstenção se devia ao fato de pertencer a gestão que indicou a servidora. O próximo ponto de pauta foi carga horária docente. O professor Paulo Chagas lembrou que o documento foi aprovado até o artigo 13 e ele sugeriu uma reunião destinada apenas para a discussão do documento. O professor fez um levantamento histórico em relação à confecção do documento. Foram feitas reuniões em todos os campi, longas discussões e foi levado a reunião um documento aprovado em assembleia. O presidente perguntou o que significa no documento a diferença de cores nos artigos. O Conselheiro Danilo respondeu que o texto em negrito foi a proposta da comissão e o texto em colorido foram as contribuições (campus maracanã, da internet e assembleias). O professor Paulo Chagas disse que a discussão do documento iniciou-se desde 2010. O presidente argumentou que existe contribuições que aprimoram o texto da comissão. Nesse sentido, ele solicitou avaliar aquilo que contribui e avançar com a discussão. O presidente pediu para marcar uma reunião para discutir e aprovar o documento da carga horária docente. Foi confirmada a próxima reunião extraordinária do conselho, para o dia 14 de agosto, às 9:30 hs. O Conselheiro Marcelo solicitou como ponto de pauta para essa reunião a homologação da comissão central. Dando continuidade, o presidente disse que ainda restavam dois pontos de pauta que era comissão de ética e funcefeteq. O Conselheiro Danilo disse que

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR
24/07/2014

tem recebido e-mails de servidores a respeito da fundação. O presidente perguntou aos conselheiros quais serão os procedimentos a serem adotados quanto à Fundação. A Conselheira Ana Paula informou que no dia anterior houve uma reunião no campus Paulo de Frontim e a preocupação seria a respeito dos uniformes dos alunos que eram da responsabilidade da Fundação. Ela lembrou também a respeito do pagamento aos servidores que participaram em concurso e não foram remunerados. O Conselheiro Danilo propôs pedir esclarecimentos aos servidores que trabalharam na fundação. O Conselheiro Jorge disse que seria necessário solicitar orientações ao Procurador e que o reitor atual tem uma grande responsabilidade em apurar os fatos. O Conselheiro Luiz Edmundo disse ser contra a Fundação, pois ele disse que a Fundação, no termo geral, foi uma criação de política neoliberal, tirando do Estado a responsabilidade financeira. O presidente propôs criar um GT para fazer um levantamento da atual situação da Fundação. O Conselheiro Danilo propôs abrir a participação desse GT para os servidores que se dispuserem a participar e sugeriu que cada campus indique um docente e um técnico-administrativo. Tal proposta não foi acatada e a comissão constituída são pelos Conselheiros Jorge Maximiano, Ana Paula Augusto, dois indicados pelo Reitor, Diretores de Administração, e caso não seja possível a participação dos DA's, o colegiado de campus fará a indicação para participar da comissão. Depois de constituída a comissão, teria um prazo de 1 mês, podendo ser prorrogado. O presidente informou que indicará o Pró-reitor de Administração para ficar como presidente desta comissão. Foi decidido que o prazo será de um mês, após constituída a comissão, podendo ser prorrogado por mais 30 dias. O Presidente agradeceu a presença de todos, encerrando a reunião às 15 horas, e, nada mais havendo a ser tratado, eu, Viviane Jordão, Secretária do Conselho Superior, encerro a presente Ata, que seguirá assinada por mim e pelo Presidente.

220